

A efervescência dos agentes privados na produção da cidade contemporânea: reflexões sobre neoliberalismo e insurgências urbanas

The Effervescence of Private Agents in the Production of the Contemporary City: Reflections on Neoliberalism and Urban Insurgencies

Lucas Berdague Corrêa, Marcus Felipe Abreu Maia, Teresa Cristina de Almeida Faria & Luciana Bosco e Silva*

Resumo

O artigo discorre a respeito do papel dos agentes privados na produção do espaço frente ao contexto do neoliberalismo. De um lado, a hegemonia globalizada do modelo neoliberal desde o fim dos anos 1980 produziu um modelo padronizado de cidade, marcado pelo dismantelamento de serviços públicos, pelo agravamento das discrepâncias entre camadas sociais e pelo declínio da participação democrática no espaço urbano. De outro, a hegemonia do mercado na produção do espaço suscitou o surgimento dos movimentos de insurgência urbana, que se opõem a esse sistema e contestam a forte presença do mercado nas decisões políticas, reivindicando a atuação dos cidadãos nos debates e trazendo vitalidade e o diálogo para as ruas. Baseando-se num levantamento bibliográfico e audiovisual, o artigo discute a fragilização dos Estados nacionais por força da ideologia neoliberal, suas consequências, impactos e movimentos de resistência no contexto do espaço urbano, dando enfoque na experiência das manifestações ocorridas no Brasil entre os anos de 2012 e 2013. Por fim, percebe-se como os movimentos de resistência ao modelo hegemônico auxiliam na retomada da cidade enquanto espaço do debate político.

Palavras-chave: Direito à cidade, globalização, neoliberalismo, cidades rebeldes, multiprotagonismo.

Abstract

The article discusses the role of the private actors in the production of space in the neoliberalism context. On one side, the global hegemony of the neoliberal model since the end of the 1980's developed a standardized model of cities, marked by the collapse of the public services, the increase of the disparities among the social classes and the downfall of the urban space democratic experience. On another, the urban insurgency movements, which opposes to that system, contests the strong influence of the market on the political decisions, reclaiming the citizen participation on this process, also bringing liveliness and dialogue back to the city streets. Based on a bibliographic and audiovisual survey, the article discusses the weakening of national states by the virtue of neoliberal ideology, its consequences, impacts and resistance movements in the context of urban space, focusing on the experience of the protests occurred in Brazil during the years of 2012 and 2013. Finally, it is perceived how, through movements of resistance to the hegemonic model, the city returns to its nature as a stage for political debate.

Keywords: *The right to the city, globalization, neoliberalism, rebel cities, multiprotagonism.*



Introdução

O enfraquecimento dos Estados Nacionais nos países capitalistas periféricos e a busca pela incorporação de uma imagem global de cidade trouxeram grandes consequências na produção do espaço nesses territórios. Entre elas, se encontram não apenas os agravamentos das discrepâncias socioespaciais, mas também o nêmesis da cidade como o lugar do diálogo. Em oposição a esse processo, os movimentos sociais de luta anticapitalista não apenas apresentam uma resistência à opressão do monólogo, ou do “pensamento único”, como também trazem o debate político para o espaço urbano. Nessas circunstâncias, observa-se a convivência de múltiplos agentes, os quais se diferem ou pelo interesse de um domínio hegemônico do espaço ou pelo seu direito à cidade.

O artigo procura, então, salientar as repercussões da hegemonia global do modelo neoliberal na produção do espaço urbano, considerando o multiprotagonismo dos agentes privados. Para isso, serão abordadas as consequências da influência do livre mercado nas políticas urbanas e, em resposta, a efervescência das manifestações no espaço urbano que agem a favor do direito à cidade. A metodologia de pesquisa adotada para a realização do artigo consiste em apresentar as principais discussões sobre o tema, através de uma revisão bibliográfica com base teórica, bem como de um breve levantamento de notícias de variadas fontes jornalísticas referentes às manifestações ocorridas em grandes centros urbanos no Brasil que marcaram o período de 2012 até junho de 2013.

A fragilização dos Estados nacionais no contexto da globalização do modelo neoliberal

A propagação do modelo neoliberal, também referido como “ultraliberal” por autores como Delgado (2015)[1], em escala global foi um dos pressupostos para o desmantelamento das fronteiras entre os países e a própria ideia de nação ou de Estado. Esse ideário se baseia na matriz financeira especulativa da economia capitalista – processo de acumulação em que esta se dá de acordo com os imperativos e a lógica da valorização financeira (PAULANI, 2013). Assim, diferente das bases produtivas do fordismo e do taylorismo[2], a financeirização rompe o paradigma do trabalho e do emprego, que é fornecedor

de lastro patrimonial e de distribuição de renda, direto no mecanismo do equilíbrio das contas de uma nação (DELGADO, 2015).

Partindo disso, a ideologia do Estado enquanto uma entidade mínima frente ao mercado econômico privado se propagou de forma hegemônica, sendo este processo um requisito para a consolidação de um projeto transnacional. É comum encontrar menções ao pensamento de alguns de seus teóricos, como Milton Friedman e Friedrich Hayek, de que a propagação desse modelo único elevaria os lugares menos desenvolvidos a patamares mais próximos dos mais desenvolvidos, graças à diminuição das barreiras de entrada e saída de capitais através dos meios mobiliários pertinentes.

A concentração desses capitais, no entanto, não deixou as matrizes de onde surgiu, mas sim estabeleceu novas condições de domínio e exploração de lugares menos desenvolvidos, que se submeteram a uma fórmula estabelecida internacionalmente a partir do evento conhecido como o Consenso de Washington. O encontro, que aconteceu em novembro de 1989, reuniu líderes e economistas de diversos países, vindo a se tornar um marco histórico para o início da proliferação do neoliberalismo em esfera global. Por meio do discurso de que os países periféricos poderiam crescer na mesma escala de desenvolvimento econômico atingida pelos padrões do mercado financeiro especulativo, o receituário neoliberal foi incorporado às políticas nacionais e internacionais desses países.

Como resultado, a adoção em escala global do modelo a partir da década de 1990 provocou forte agravamento na divisão de classes. Em países como China, Índia e Rússia, a possibilidade de acumulação gerou condições para se consolidar uma pirâmide social, concebendo a ascensão de elites (HARVEY, 2006). Na América Latina, com as privatizações de serviços públicos e empresas estatais e também a facilitação da entrada de investimentos externos, diminuiu-se a atuação dos Estados Nacionais em questões compreendidas pelo neoliberalismo como referentes ao mercado (ENCONTRO..., 2006). Como consequência, no México, a venda de estatais foi responsável por altíssimas concentrações de poder e capital na mão de um pequeno número de pessoas, gerando o nascimento de contas bilionárias como a de Carlos Slim, que se apossou do sistema de telefonia nacional (HARVEY, 2006). Nesse cenário, na Bolívia, a sociedade civil sofreu fortemente com o impacto das privatizações da gestão dos sistemas hídricos e do o controle

sobre o gás e petróleo, tornando esses itens mais caros para os habitantes do país e mais baratos para os estrangeiros.

No caso do Brasil, a entrada do país no processo mundial de acumulação, no contexto de neoliberalismo, segundo Paulani (2013), demarca uma nova fase na política econômica nacional inaugurada nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso, no começo e na segunda metade da década de 1990, respectivamente. Nela, o país, que já havia se transformado em plataforma internacional de valorização financeira, impõe-se de forma ativa, ainda que permaneça subordinado aos países centrais. Nesse processo, o Brasil submeteu-se completamente às exigências dos credores, colocando-se à mercê de investimentos ciganos, tendo momentos de calma e outros de crise.

Uma das medidas para o ingresso do país no capital financeiro foi tentar atuar na questão da dívida externa, no que o governo federal buscou o atender às exigências dos credores e das agências multilaterais, como a abertura do mercado nacional de títulos públicos e privados ao capital externo, além da remoção de restrições que detiam a circulação livre de capitais internacionais. Outra medida foi a estabilização monetária por meio do Plano Real, em 1993, que combateu os altos índices inflacionários do fim da década de 1980 até o início dos anos 1990. Em paralelo, a abertura do mercado para os produtos importados gerou um colapso da indústria local, juntamente com a privatização de empresas públicas, vendidas por valores irrisórios em comparação com a capacidade produtiva das mesmas.

Na primeira década do século XXI, percebe-se na América Latina, por meio da eleição de governantes associados a movimentos sociais e partidos de inclinação ideológica à esquerda, um enfraquecimento dos representantes do ideário neoliberal. No Brasil, a eleição do ex-presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), demonstrou um interesse da população de guinada à esquerda que, para Paulani (2013), não foi completamente concretizada. A crise monetária do final dos anos 1990 fez com que Fernando Henrique Cardoso adotasse práticas fiscais mais duras e uma política econômica pautada em câmbio flutuante e metas inflacionárias, deixando de lado o paradigma do trabalho-emprego como balizador de um tripé macroeconômico (DELGADO, 2015). A política econômica do governo Lula, porém, seguiu na mesma linha, o que, após a crise de 2008, não evidenciou seus efeitos negativos devido à alta

valorização das *commodities* e da desvalorização da moeda. Em conjunto, essas duas situações permitiram a produção de um simulacro de bonança no território nacional (PAULANI, 2013).

A implementação dessas medidas foi bem-sucedida graças à amortização da população por meio da facilitação do consumo nos moldes globalizados. Ocorre que isso acabou por incentivar políticas públicas voltadas para o fim de dar maior acesso aos bens de consumo, não mais políticas civilizatórias e serviços públicos que atendessem a comunidade (ENCONTRO..., 2006). A primeira década do século XXI consolida essa mudança, até chegar ao grande marco de suas consequências em 2008, com o estouro da bolha imobiliária nos EUA.

Esse colapso adveio da mecânica da alienação fiduciária em garantia e do *subprime* autorizado pelo FED – *The Federal Reserve Board of Governors* (instituição estadunidense comparada ao Banco Central do Brasil), o que permitiu que pessoas com poucas condições de adimplir com os pagamentos buscassem crédito junto aos bancos. O objetivo dessas pessoas era, em boa parte, poder sair do aluguel e adquirir imóvel próprio, a ser pago em longo prazo e com juros baixos. Esses “títulos podres” foram securitizados, garantindo o pagamento dos investidores que cobrisse o investimento nessa política, e, quando houve o colapso desse sistema, as instituições financeiras começaram a quebrar sucessivamente, sendo necessário o resgate de algumas pelo Estado Americano, bem como intervenção severa nas empresas cujas matrizes estivessem naquele país. No Brasil, as políticas de acesso ao crédito dos governos do Partido dos Trabalhadores produziram um fenômeno de endividamento em massa, e que continua presente, devido às altas taxas de juros praticadas pelo sistema financeiro, o que garantiu esse ciclo de consumo, enquanto o governo federal assegurou a manutenção dos altos rendimentos do capital especulativo. O fim do ciclo da alta no preço das *commodities* e da valorização da moeda brasileira, situação que atingiu governo Dilma (2011 a 2016), fez com que o discurso de austeridade tomasse fôlego, ao mesmo tempo em que manteve os juros altos, para que o ciclo de consumo por meio de crédito, mas não de renda, continuasse.

Todavia, a crise desgastou o discurso neoliberal com relação à manutenção do Estado mínimo. Isso se deu quando o mercado especulativo andou de forma menos regulamentada, gerando um colapso que teve de ser remediado pela forte presença do Estado e não pelo próprio mercado. Enquanto isso, a população

comum, não pertencente ao mercado especulativo, seguiu desprotegida em seus marcos civilizatórios e nos direitos e garantias fundamentais. No apelo por uma retomada do Estado em relação aos cuidados sociais, revoltas populares aconteceram em todo mundo e, juntas aos efeitos da crise, permanecem até a atualidade, mesmo que a hegemonia do modelo neoliberal persista forte num contexto global.

Harvey (2014), em sua obra “Cidades Rebeldes”, introduz um conflito ideológico contemporâneo, utilizando como ponto de partida a crise do capitalismo gerada pelo estouro da bolha econômica, que deu origem ao colapso das economias mundiais em 2008. O autor parte da exposição das consequências para chegar aos fundamentos da crise, quando ele retoma as raízes do ideal neoliberal popularizado nos países capitalistas desde os anos 1980. Ao passo que o modelo neoliberal fomenta a mercantilização da cidade a fim de maximizar os lucros com a terra, sem se preocupar em atender a função social da cidade, flexibilizam-se as leis de uso e ocupação do solo, de modo a atender os interesses dos especuladores e proprietários de imóveis e terras. Em decorrência desse processo, fenômenos da exclusão socioespacial em cidades americanas se agravam, como o afastamento das pessoas de condição média e baixa dos centros urbanos às periferias (gentrificação)[3], a inadimplência das hipotecas no modelo *subprime* e consequente expulsão das pessoas das suas residências.

Consequências do neoliberalismo para o agravamento de processos de exclusão e segregação socioespaciais

De uma maneira geral, o processo de globalização do modelo neoliberal vem desde os anos 1980 promovendo a hegemonia do mercado sobre o interesse público. O desmonte do capital e dos meios de produção fordista acarretou na atenuação dos vínculos entre a esfera política e os sindicatos, que empenhavam, até então, um forte papel na construção de diálogos entre o Poder Público e a população trabalhadora (DELGADO, 2015). Essa fragilidade de diálogo se contrapõe à força de grandes corporações privadas, capazes de determinar modelos e normas nesses territórios enfraquecidos. Assim, medidas como a privatização, a desregulamentação de serviços públicos e a imposição de grandes projetos urbanos – inerentes à globalização do modelo neoliberal – dificultam o empenho de

políticas públicas voltadas principalmente para as populações excluídas do mercado privado. Isso ocorre apesar dos avanços referentes à política urbana do final do séc. XX e início do séc. XXI, pela apropriação dos mecanismos de participação social, já previstos na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade, também no surgimento de Conselhos e do próprio Ministério das Cidades, e dos programas de infraestrutura urbana e de habitação (MARICATO, 2013).

A fragilização do Estado garantidor de direitos na experiência de vida no espaço urbano é consolidada pelo planejamento estratégico, modelo de construção e gestão de cidades, com moldes empresariais, advindo do exemplo “bem-sucedido” de Barcelona, que foi difundido internacionalmente (VAINER, 2000). Esse padrão é responsável pela mercantilização das cidades, que passaram a atuar simultaneamente como empresas e produtos (VAINER, 2000). Nesse sentido, a imagem de uma cidade digna de ser vislumbrada em âmbito global, sem conflitos e higienizada, passou a ser mimetizada numa competição entre as cidades com o objetivo de captar mais recursos do mercado financeiro (MARICATO, 2000). Formam-se, a partir desse pensamento, demandas consensuais, que restringem a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, uma vez que a formação de dissensos é vista como estratégia contraproducente (VAINER, 2000).

Para Harvey (2014), a política urbana neoliberal, ao alijar o Estado do papel de regulador e distribuidor de recursos sobre os espaços da cidade, dando essa atribuição ao mercado, esperava que as desigualdades fossem resolvidas através de uma contaminação a partir dos centros de crescimento econômico, que se alastraria pelo espaço urbano. Não apenas isso nunca aconteceu, como esse modelo intensificou ainda mais as discrepâncias sociais, que repercutem também sobre os modos de produção do espaço. Há, por isso, uma intensificação da antiga polaridade entre centro e periferia, reforçando a diferença entre ricos e pobres, do contexto local ao global. No Brasil, essas distâncias foram amenizadas pela convivência de políticas de acesso ao consumo, da elevação do grau de escolaridade da população e acesso ao crédito, com políticas também neoliberais, em um governo identificado como de esquerda[4].

Enquanto do lado mais abastado se estabelece a “cidade formal”, que incorpora um ideal padronizado de espaço urbano, à sua margem se dá a exclusão de grupos sociais

desfavorecidos, que padecem pelo esquecimento, seja ele das periferias, dos bairros, das cidades, de regiões ou até mesmo de países por completo. Esse apagamento é também responsável pela formação de uma consciência coletiva, na qual a maioria é tratada como uma minoria, o que favorece a assimilação dos motivos para a não contemplação das demandas desse grupo na produção do espaço (MARICATO, 2007).

Nesse cenário, o planejamento estratégico, assim como outras vertentes do urbanismo contemporâneo (*new urbanism*, urbanismo *extra large*, urbanismo corporativo), coloca-se sujeito à hegemonia do mercado, o que o impede de implementar políticas urbanas inclusivas e investimentos públicos que beneficiem a vida de todos os habitantes urbanos. Esse tipo de planejamento, nessas condições, delinea uma cidade espetacular e cenográfica, onde não apenas impera um monólogo, como também a imagem de cidade homogeneizada que ofusca a experiência real de cidade e as imagens da cidade real. Assim, as características locais dos lugares, como as culturas, a natureza, as religiões e as etnias são sufocadas por meio da busca pela assimilação de recortes de imagem da cidade global, o que desfavorece a percepção da diversidade (JACQUES, 2011).

Não só a lógica do consenso interfere no processo participativo, mas também nas experiências sensíveis urbanas. Nesse sentido Jacques (2017) aponta:

Na atual sociedade do espetáculo não há, de fato, lugar para qualquer tipo de espaço dissensual ou contra-hegemônico, o que resulta no empobrecimento da própria experiência urbana, em particular da experiência sensível e corporal das cidades – aquilo que vai além da pura visualidade imagética. O consenso busca também uma homogeneização das sensibilidades, das diferentes formas de “partilha do sensível” (JACQUES, 2017, p. 296).

Assim, a influência dos modelos atuais de planejamento incide tanto sobre as sensibilidades dos habitantes das cidades, quanto sobre suas interações sociais. Sennett (2016) afirma que o isolamento social e o alheamento das pessoas ao cotidiano da

cidade recebem influência das cidades planejadas, que intervêm sobre a conduta das pessoas e as suas relações interpessoais. O autor afirma que, através do estímulo urbanístico à circulação rápida,

corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se cada vez mais desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os por meio da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado (SENNETT, 2016. 326).

González (2013), em referência ao autor Isaac Joseph, classifica esse processo de apartamento dos habitantes da cidade em relação ao seu contexto social e físico pelo termo “hipertrofia do olho”. Para a autora, essa expressão compreende o modo de apreensão da cidade pelo indivíduo, em que este não se vincula aos acontecimentos e aos espaços percorridos, assemelhando-se ao estado de sonambulismo. Dessa forma, os habitantes da cidade se apartam das iminências de serem afetados pelo seu entorno e das possibilidades de socialização presentes no cotidiano das cidades. A cidade consensual, pacificada e sem conflitos é, portanto, também a representação de um espaço apolítico e amorfo, que padroniza as sensibilidades dos sujeitos urbanos e atenua a sua vivência do meio urbano. Sennett (2016), nesse sentido, analisa que o espaço pacificado compele também a pacificação dos sujeitos.

Assim, por exercício de forças políticas alinhadas ao mercado, a negação do conflito fragiliza a concepção da *pólis* como o lugar do debate, aquela que enxerga a construção de um contrato social a partir do qual o espaço público se torna uma dimensão e responsabilidade comum, no sentido de pertencente à comunidade. A rejeição à diversidade gera também a negação do *bios* político, intrínseco à experiência urbana e apenas concretizado pela convivência com o seu diferente (ROLNIK, 2000).

A cidade como o lugar do devir político e a experiência recente no Brasil – as manifestações dos anos de 2012 e 2013

Harvey (2014) analisa que a produção de cidades não se restringe ao aspecto hegemônico exercido pelo capital financeiro na mercantilização do espaço. Para o autor, nos movimentos de retomada ao direito à cidade se encontra o fator fundamental de produção de espaço através de uma sociabilidade crítica, que é essencial para se discutir, conduzir e transformar a cidade. As manifestações urbanas revelam a vitalidade nos espaços públicos, até então asfixiada pela imagem espetacular das cidades.

É o que, segundo a Teoria do Reconhecimento, sistematizada por Honneth (VALENTE; CAUX, 2010) faz com que exista resistência pelos grupos não dominantes. Uma vez que não há o reconhecimento de determinados sujeitos e formas de viver no processo democrático, a luta por esse reconhecimento se inicia e ganha força. Esses sujeitos passam a enxergar suas experiências individuais e a de outros semelhantes, o que permite a coletivização dessa luta como forma de conquistar direitos e alcançar certo nível de inclusão social.

Harvey (2014) categoriza os movimentos sociais de protesto anticapitalista como contraponto à lógica de produção do espaço baseado na especulação, no Estado mínimo e na fragilização dos direitos civis. Há nesses movimentos, formados por sujeitos que vivem o cotidiano dos espaços públicos e privados de uso comum, a ascensão da vida pública, além da retomada dos espaços públicos como o lugar do devir político, da expressão autêntica das reivindicações e do estabelecimento de comunicação direta entre aqueles que vivem e produzem do espaço urbano, sejam eles os agentes do Estado, os cidadãos comuns ou os representantes do mercado.

Apesar de se apresentar como um ideal unânime, a consolidação da política econômica e urbana neoliberal em contexto global enfrentou, desde os seus primeiros efeitos, movimentos de resistência. Os “Dias de Ação Global”, como ficaram conhecidos, lançaram atos transnacionais, como o “Carnaval contra o Capitalismo” (1999), que se espalhou por cerca de 40 cidades ao redor do mundo (MESQUITA, 2006). Ocorreram ainda, no cenário nacional, grandes mobilizações, como a Marcha dos 100 mil de Brasília, em 1999 – que teve apoio dos sindicatos e políticos de

oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, reunindo pessoas que protestaram contra privatizações e a negligência com relação às denúncias de corrupção – e greves no setor da Educação Pública até o ano de 2016.

Na história recente do Brasil, algumas mobilizações ocorridas no período entre a segunda metade de 2012 e junho de 2013 (DANTAS, 2012; TREZZI, 2013; BOECHAT, 2016) tiveram origem no aumento sistemático dos valores cobrados para os serviços de transporte público nos grandes centros. Os noticiários da época destacaram o caráter apartidário desses movimentos, cujas lideranças advinham de movimentos sociais específicos, não vinculados a partidos políticos, nem a lideranças sindicais, como o Movimento Passe Livre (MPL). Nesse primeiro momento, houve repressão por parte dos poderes institucionalizados, culminando em cenários violentos, cujo marco de transformação da reação popular se deu em São Paulo, no início do mês de junho de 2013, quando as táticas violentas de repressão do Poder Público acabaram por disseminar a insatisfação generalizada com a conjuntura social, econômico e política em que vivia a população do país (GRIPP, 2013; BOECHAT, 2016).

O dissenso sistêmico, protagonizado por movimentos sociais que tomaram as ruas e as redes, repaginou o cotidiano urbano dos grandes centros, provocando mudanças nas dinâmicas migratórias e de uso dos espaços públicos por períodos cada vez mais longos e com maior frequência. Aponta-se que, inicialmente, os protestos foram organizados por estudantes (GRIPP, 2013), com o objetivo de contestar os aumentos nos valores dos transportes públicos. Nesse primeiro momento, a mídia abordou os movimentos de forma pontual, caso a caso. Cada veículo buscou, inclusive, trazer uma origem e um protagonismo a partir da localidade em que estava sediada, como é possível perceber ao analisar as matérias da Folha de São Paulo, da GAÚCHAZH e da Carta Potiguar (GRIPP, 2013; TREZZI, 2013; DANTAS, 2012, respectivamente).

Só após a ação violenta das polícias, que acabaram por agredir fisicamente manifestantes e profissionais do jornalismo que faziam a cobertura dos eventos, o movimento sistêmico incrementou sua capilaridade e sua força, recebendo também coberturas mais amplas pelos diversos meios de comunicação, inclusive nas redes sociais. Esse crescimento associado à velocidade de circulação da informação (e também da desinformação) através das redes teve como consequências a ampliação das pautas e a aglutinação de outros atores sociais,

que estabeleceram novos parâmetros para os movimentos. Eles chegaram a todas as esferas do Poder Público, mas com objetivos dispersos e lideranças apagadas (GRIPP, 2013; GARCIA, 2013; BOECHAT, 2016).

Para Lima (2015), o surgimento de novos agentes de reivindicação e diferentes formas e discursos de mobilização social nos anos recentes, para além da identificação enquanto movimento social unificado, denota a complexidade das contradições presentes hoje na cidade. O autor se alinha com Santos (2001) na compreensão de que o mundo contemporâneo não comporta mais a simples dualidade entre bem e mal únicos, mas se completa pela soma de várias forças de dominação e resistência. Lima (2016) entende que, embora os atores das práticas de contestação atuem de forma coletiva, eles o fazem de maneira dispersa e não como um movimento social com uma pauta específica (por moradia, mobilidade etc.). Dessa forma, as práticas passam a refletir as diversas nuances presentes na vida no espaço urbano, buscando abarcar diferentes pontos de vista.

Não cabe neste trabalho, no entanto, adentrar para além da primeira fase do movimento, uma vez que os moldes das intervenções foram distintos, bem como suas pautas e narrativas. Ao apresentar a experiência do que aconteceu no Brasil em junho de 2013, objetiva-se demonstrar como os movimentos de questionamento do modelo neoliberal de produção e gestão do espaço urbano se deram nas ruas dos grandes centros do país, partindo de uma demanda por transporte público com preço acessível. O fato desse direito ter sido negado pelo Estado produziu a insatisfação que gestou o conflito, que se sucedeu através da apropriação dos espaços por esses movimentos de reivindicação e, conseqüentemente, de uma reação violenta do *status quo* para conter possíveis rupturas no modelo hegemônico.

Esses movimentos conquistaram não apenas as ruas, mas também as redes, favorecendo a expansão do fenômeno (TREZZI, 2013; GRIPP, 2013). Posteriormente, a mídia assumiu narrativas amplas sobre o que estava acontecendo e buscou cobrir o máximo possível das manifestações que ocorreram em todas as regiões do país, produzindo, em sequência, a sua espetacularização, tendo em vista os números e a magnitude dos protestos que ocorreram, principalmente contra o Governo Federal, durante a chamada segunda fase das “jornadas de junho” (GRIPP, 2013). Pode-se dizer que o espaço urbano tornou-se mais uma vez palco e que os movimentos sociais não foram

meros coadjuvantes, mas protagonistas de cenas de diálogos, alguns embates e de democracia plena.

Os eventos que ocorreram após a efervescência desses movimentos de contestação do modelo neoliberal reforçam a percepção de que a hegemonia dessa agenda político-econômico-social permanece forte, mas as feridas produzidas no tecido social deram origem a diferentes reações em cada território. Algumas vezes com traços semelhantes, como nas eleições de 2014, 2016 e 2018, em que os representantes do campo progressista e os partidos de esquerda perderam boa parte de sua participação nas casas legislativas e nas chefias do Executivo, nos municípios, nos Estados e na União, sobretudo no eixo Centro-Sul. Mas houve também o aparecimento de novas lideranças do lado da contestação. Esses líderes vêm construindo correntes de pensamento contra-hegemônicas, na busca por defender os direitos fundamentais da população que se vê cotidianamente atacada por aqueles que deveriam representá-la.

Considerações finais

A hegemonização do discurso neoliberal contribui, em grande parte, para a desvalorização da construção diversificada e plural do meio urbano. Esse discurso fundamenta um modelo de enfraquecimento das instituições públicas e de privatização de serviços considerados necessários para a fruição dos direitos e garantias fundamentais.

Além disso, a adoção desse modelo faz com que o Estado torne-se subserviente aos interesses privados do capital especulativo, que não produz riqueza a ser compartilhada, mas parte da lógica dos ganhos através do controle financeiro, sem investimentos em produtividade e, por conseqüência, desconsidera o paradigma do trabalho e do emprego (DELGADO, 2015), o que causa colapsos na cadeia econômica que deverão ser solucionados pelo aparato estatal.

Trata-se de um modelo contraditório: ao mesmo tempo em que defende um Estado mínimo, seus seguidores buscam socorro nos cofres e na capacidade de intervenção estatal para não sofrerem as conseqüências drásticas dos riscos dos negócios formalizados por eles. Ou seja: de acordo com esse modelo, o Estado deve ser máximo para alguns grupos e mínimo para os

demais.

Resistindo a essa onda, os movimentos sociais de protesto anticapitalista expõem essas contradições e reivindicam o espaço para sua fruição. Buscam retomar o poder de intervir nas decisões concernentes à vida dos cidadãos e produção do espaço urbano – uma vez que as estruturas clássicas de contraposição política, como os sindicatos e partidos políticos sofreram com o desmonte gerado pelo modelo neoliberal –, quebrando a hegemonia do capital especulativo nesses fenômenos. Enquanto isso, os agentes que buscam a manutenção do *status quo* procuram conter o avanço desses movimentos, abrindo margem, inclusive, para a cooptação dos mesmos e substituição de suas narrativas.

A história demonstra a força da manifestação democrática nas quebras de paradigmas. É a partir dos movimentos de contradição que novos modelos (e não-modelos) tornam-se possíveis. O consenso democrático depende de canais de diálogo, não sendo este possível através de monólogos. A cidade é tão plural quanto aqueles que nela habitam.

Notas

1. O autor adota o termo ultraliberalismo a partir da leitura de Francisco Fonseca, historiador e cientista político. A justificativa seria de que, na visão de Fonseca, o termo neoliberalismo teria sido vulgarizado, e que o termo ultraliberalismo aponta para uma ideia de radicalização dessa corrente de pensamento, tendo sido estabelecida uma agenda e também um *modus operandi* para a sua implementação de forma hegemônica e em escala global (FONSECA, 2005 apud DELGADO, 2015).

2. Fordismo e taylorismo representam dois modelos de organização dos fatores de produção bem semelhantes, que consistem, grosso modo, na produção em escala com a especialização da mão-de-obra em linhas de montagem, produzindo em maior número para gerar demanda e diminuir os custos de produção. Acrescenta-se ainda a noção de que os trabalhadores constituem parte importante das categorias de consumidores, sendo eles, também, compradores daquilo que produzem. Isso faz com que seja necessária a valorização desses trabalhadores para que o ciclo virtuoso de produção e produtividade se sustente.

3. É possível, por meio de uma análise etimológica do termo “gentrificação”, perceber como ele está em constante adaptação. No geral, o termo denota o processo de valorização de uma área urbana pela ocupação e investimentos do mercado imobiliário que leva à evasão de classes com menores recursos financeiros. O vocábulo foi formulado por Ruth Glass (1964) para designar o processo em que mudanças estruturais ocorriam em bairros operários centrais de Londres a partir da ocupação da classe média boêmia, causando a expulsão dos trabalhadores das classes mais baixas. Neil Smith (1988) aponta a gentrificação como uma série de medidas de reconfiguração espacial adotadas pelo mercado imobiliário para a valorização de uma área de modo a higienizá-la socialmente, fazendo com que ela passe a ser habitada pela classe média. Zukin (1987), associa o termo às ideologias de preservação do patrimônio histórico que culminam com a expulsão da população local.

4. Não é apenas autoidentificado, mas também há uma narrativa de que ele seja, principalmente por partes da mídia e da oposição.

Referências

BOECHAT, Yan. Quando os paulistanos tomaram as ruas em junho de 2013: Imagens feitas pelo jornalista Yan Boechat em São Paulo retratam os protestos que trouxeram à tona um país em busca de uma nova identidade. *El País*, 19 jun. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/17/album/1466199237_053831.html#foto_gal_1. Acesso em: 07 mai. 2019.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Petropolis, RJ: Vozes, 1998. Trad. Lucia Endlich Orth.

DANTAS, Daniel. #RevoltadoBusão: Estudantes param a cidade pela segunda vez na semana. *Carta Potiguar*, 31 ago. 2012. Disponível em: <http://www.cartapotiguar.com.br/2012/08/31/revoltadobusao-estudantes-param-a-cidade-pela-segunda-vez-na-semana%E2%80%8F/>. Acesso em: 07 mai. 2019.

DELGADO, Maurício Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução*. São Paulo, SP: Editora LTr, 2015.

ENCONTRO com Milton Santos: O Mundo Global Visto do Lado de Cá. Produção de Sílvio Tendler. 2006. Disponível em: <https://youtu.be/UJd5YKhR9gE>. Acesso em 10 mai. 2018.

GARCIA, Janaína. Existe terror em SP: o dia em que PMs atiraram ante aplausos e pedidos de não violência. *UOL*, São Paulo, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/14/existe-terror-em-sp-o-dia-em-que-pms-atiraram-a-aplausos-e-a-pedidos-de-nao-violencia.htm>. Acesso em: 23 mai. 2019.

GLASS, Ruth. *London: Aspects of Change*. London: MacGibbon & Kee. 1964.

GONZÁLEZ, María Laura. Intervenciones en el Espacio Público: performance, mirada y ciudad. In: *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, Porto Alegre, RS, vol. 3, n. 3, set./dez., p. 727-747, 2013.

GRIPP, Alan. Retrospectiva: Manifestações não foram pelos 20 centavos. Folha de São Paulo. Publicado em 27 dez. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/12/1390207->

manifestacoes-nao-foram-pelos-20-centavos.shtml. Acesso em: 07 mai. 2019.

HARVEY, D. Neo-liberalism as creative destruction. *Geogr. Ann.*, v. 88, n. 2, p. 145-158, 2006

_____. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2014. Trad. Daniela Frabasilli e Thais Bellini.

JACQUES, P. B., Notas sobre espaço público e imagens da cidade. In: BERTELLI, G. B.; FELTRAN, G. (org.). *Voices à margem: periferias, estética e política*. São Carlos: EdUFSCar, 2017. p. 295-304.

_____. Microrresistências Urbanas: Por um Urbanismo Incorporado. In: ROSA, Marcos. *Microplanejamento: práticas urbanas criativas*. São Paulo, SP: Editora de Cultura / Asahi, p. 160-175, 2011.

LIMA, C. H. M. A cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. *Oculum ensaios*, vol. 12, n. 1, p. 39-48, 2015.

_____. *Nebulosa das ruas: ativismo urbanístico pelo espaço público*. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 238 pgs., 2016.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.121-192, 2000.

_____. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. [et al.]. *Cidades rebeldes* [recurso eletrônico]: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Revan, p. 51-76, 2007.

PAULANI, L. M. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 27, p. 237-264, 2013.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP.

(Org.). *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

SANTOS, B.S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2001.

SENNETT, R. *Carne e pedra*. 4a ed. Trad. de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TREZZI, Humberto. Inspirados em Porto Alegre, protestos em série contra reajustes na tarifa de ônibus se espalham pelo país: Movimentos se fortalecem por interação e até "treinamento" entre grupos, inclusive via internet. *Gaúchazh*, 15 jun. 2013. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/06/inspirados-em-porto-alegre-protestos-em-serie-contrareajustes-na-tarifa-de-onibus-se-espalham-pelo-pais-4171189.html>. Acesso em: 07 mai. 2019.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, p.75-103, 2000.

VALENTE, Júlia Leite; DE CAUX, Luiz Philipe. *O que é teoria do reconhecimento?* Pólos de Cidadania. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/161435766/O-Que-e-a-Teoria-Do-Reconhecimento-Luiz-Philipe-de-Caux-e-Julia-Valente>. Acesso em 10 jul. 2018.

ZUKIN, Sharon. Gentrification: Culture and Capital in the Urban Core. In: *Annual Review of Sociology*, v. 13, p. 129-147, 1987.

***Lucas Berdague Corrêa** é bacharel em Direito pela UFV. Mestrando em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU da UFV. Brasil. lbc94@hotmail.com.

Marcus Felipe Abreu Maia é arquiteto urbanista pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Mestrando em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU da UFV. Brasil. marcusfmaia@gmail.com.

Teresa Cristina de Almeida Faria é arquiteta urbanista. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ. Professora e orientadora do PPGAU da UFV. Brasil. teresa.faria@ufv.br.

Luciana Bosco e Silva é arquiteta urbanista. Doutora em Artes pela Escola da Belas Artes da UFMG. Professora Adjunta III no DAU-UFV. Pesquisadora do grupo ARQMnese. Professora e orientadora do PPGAU da UFV. Brasil. luciana.bosco@ufv.br.